

A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NA COMUNA DA TERRA DOM TOMÁS BALDUÍNO (FRANCO DA ROCHA, SP)

Marina Cristina Campos Peralta ¹

RESUMO

A agroecologia apresenta possibilidades concretas de enfrentamento ao atual modelo convencional de agricultura imperante no Brasil - representado pelo agronegócio -, a partir de perspectivas que, em contrapartida, priorizam a resiliência dos complexos agroecossistemas e a autonomia dos agricultores. Assim, este trabalho se propõe a trazer considerações a respeito do processo de transição agroecológica no Assentamento Comuna da Terra Dom Tomás Balduino - localizado em Franco da Rocha, SP -, trazendo argumentos de modo a evidenciar o descaso do poder público no território em questão e a necessidade de mudanças da atual realidade agrária brasileira. Os trabalhos de campo foram desenvolvidos dentro dos princípios da pesquisa participativa, entendendo-se a importância de se considerar as percepções e saberes camponeses em estudos agroecológicos e de se pensar criticamente a respeito da visão de mundo hegemônica que foi (e continua sendo) imposta à nossa sociedade de forma violenta às diversas epistemologias existentes entre os povos que habitavam (e continuam habitando) o território brasileiro. O estudo interpreta a realidade a partir da corrente teórica 'Criação e recriação do campesinato e do latifúndio', tendo como método a dialética materialista.

Palavras-chave: Agroecologia, Campesinato, Assentamento, Reforma Agrária, MST.

RESUMEN

La agroecología presenta posibilidades de enfrentamiento al actual modelo convencional de agricultura imperante en Brasil; representado por el agronegocio- a partir de perspectivas que en cambio, priorizan la resiliencia de los complejos agrosistemas y la autonomía de los agricultores. Así, este trabajo se propone a traer consideraciones en respecto al proceso de transición agroecológica en el Asentamiento Comuna da Terra Dom Tomás Balduino - ubicado en Franco da Rocha, provincia de São Paulo, Brasil, presentando argumentos de modo a poner en evidencia la indiferencia del poder público en el territorio en cuestión y la necesidad de cambios en la actual realidad agraria brasileña. Los trabajos de campo fueron desarrollados dentro de los principios de investigación participativa, entendiendo la importancia de considerar las percepciones y sabidurías campesinas en estudios agroecológicos y de pensar críticamente acerca la visión de mundo hegemónica que fue (y sigue siendo) impuesta a nuestra sociedad de manera violenta en relación a las distintas epistemologías existentes entre los pueblos que habitaban (y siguen habitando) el territorio brasileño. El estudio interpreta la realidad a partir de la corriente teórica "Creación y recreación del campesinado y del latifundio", teniendo como método la dialéctica materialista.

Palabras clave: Agroecología, Campesinado, Asentamiento, Reforma Agraria, MST.

¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo - USP, marina.peralta@usp.br;

INTRODUÇÃO²

O presente artigo expõe alguns resultados parciais de um recorte dos estudos que estão sendo realizados na dissertação de mestrado da autora deste trabalho. Nesta exposição trouxemos algumas reflexões focadas principalmente no estudo de caso realizado no Assentamento Comuna da Terra Dom Tomás Balduino.

O assentamento em questão está localizado em Franco da Rocha (Região Metropolitana de São Paulo), foi organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e possui 192 hectares de terras distribuídos entre 61 famílias residentes organizadas em três núcleos familiares. Tal assentamento foi constituído a partir do modelo “Comuna da Terra”, uma modalidade de assentamento elaborada pelo MST ao se atualizar a respeito da realidade de expansão da urbanização para além dos limites das cidades.

Os assentamentos organizados sob o modelo “Comuna da Terra” possuem em comum maior proximidade com os centros urbanos, menores extensões de terras e, em geral, as famílias integrantes possuem um passado de ligação com a terra, mas que após o êxodo rural foram forçadas a residir em cidades grandes sob condições de má qualidade de vida. Tais características demonstram a potencialidade de resgate que esse modelo possui, e também evidenciam que a luta pela reforma agrária não é mais somente uma luta pela permanência no campo, mas atualmente também é uma luta de retorno ao campo, a partir do processo de recampanização (GOLDFARB, 2007).

Diante das consequências inexoráveis trazidas pelo agronegócio (MACHADO E FILHO, 2014) no Brasil e no mundo, e da realidade agrária brasileira - violenta e desigual -, a transição agroecológica tem se concretizado em diversos territórios como possibilidade de enfrentamento ao modelo convencional de agricultura que imperou no Brasil a partir da Revolução Verde, mas que possui raízes em um período muito anterior, visto que a estrutura fundiária brasileira praticamente não se alterou desde a colonização (OLIVEIRA, 1996). Desta maneira, o MST adotou a agroecologia como base de realização da reforma agrária no Brasil a partir do ano 2000 no IV Congresso Nacional do Movimento (BORSATTO E CARMO, 2014).

² Este trabalho tem apoio financeiro da Fapesp - processo nº 2021/07257-3, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

Assim, este trabalho tem como objetivo trazer considerações sobre o processo de transição agroecológica, pensado em seus complexos níveis (CAPORAL, 2020; GLIESSMAN, 2000), no Assentamento Comuna da Terra Dom Tomás Balduino. Os trabalhos de campo foram realizados seguindo os princípios da pesquisa participativa, utilizando questionários semi estruturados e abertos, sob uma abordagem qualitativa. Os anseios também são de justificar a necessidade do processo de transição agroecológica diante do avanço do agronegócio no Brasil e suas consequências socioambientais, partindo-se de uma interpretação da realidade baseada na corrente teórica “A criação e recriação do campesinato e do latifúndio”, que pertence ao método da dialética materialista. A partir do estudo teórico e prático foi possível realizar uma exposição de argumentos que evidenciam a ausência do poder público no território estudado.

METODOLOGIA

O presente trabalho tem sua fundamentação teórica embasada por revisão bibliográfica e por trabalhos de campo, que aconteceram seguindo os princípios da pesquisa participante.

As origens da pesquisa participante estão na América Latina, entre as décadas de 60 e 80. As experiências desenvolvidas a partir da pesquisa participativa apresentam em comum a aproximação junto a grupos populares, normalmente com a finalidade de fortalecê-los, partindo-se de uma visão crítica diante dos modelos engessados de pesquisa científica (BRANDÃO e BORGES, 2007).

Escolhemos a pesquisa participante como metodologia de nossos trabalhos de campo pois acreditamos que uma visão de mundo hegemônica foi imposta à nossa sociedade de forma violenta às diversas epistemologias existentes entre os povos que habitavam (e continuam habitando) o território brasileiro, construída a partir do sufocamento, silenciamento e opressão dos mesmos (GONÇALVES, 2006).

É necessário que o cientista e sua ciência sejam, primeiro, compromisso e participação com o trabalho histórico e os projetos de luta do outro, a quem, mais do que conhecer para explicar, a pesquisa pretende compreender para servir. A partir daí uma nova coerência de trabalho científico se instala e permite que, a serviço do método que a constitui, diferentes técnicas sejam viáveis: o relato de outros observadores, mesmo quando não cientistas, a leitura de documentos, a aplicação de questionários (...), a observação da vida e do trabalho. Estava inventada a participação da pesquisa³ (BRANDÃO, 1987, p.12 apud MARCOS, 2006, p.109).

Assim, na busca por analisar e trazer contribuições ao processo de transição agroecológica dentro do Assentamento em questão, a partir de uma abordagem qualitativa elaboramos um questionário semi estruturado e aberto que serviu como roteiro para as conversas realizadas com os moradores. Pudemos entrevistar 46 das 61 famílias residentes no assentamento. A autora deste trabalho também participou de outras atividades internamente ao assentamento, como a coordenação e realização do projeto de agroflorestas, entre outras atividades.

O trabalho exposto tem aprovação da Comissão de Ética em Pesquisa (CONEP) da Plataforma Brasil, em que está registrado sob o CAEE 60219122.1.0000.0138.

REFERENCIAL TEÓRICO

A mundialização da economia foi forjada pela própria economia capitalista monopolista, marcando o final do século XX e início do século XXI, quando políticas neoliberais iniciam um processo de intensa expansão pelo mundo (OLIVEIRA, 2012). A partir da década de 90, como consequência desse processo, as políticas neoliberais passam a ter “domínio quase que absoluto” no Brasil (OLIVEIRA, 2007, p.146), o discurso ideológico a respeito do agronegócio e da suposta modernidade que ele carrega passa a avançar cada vez mais, e as tensões e conflitos no campo brasileiro também aumentam (OLIVEIRA, 2007).

Nesse contexto, o campesinato brasileiro resiste e se recria com base em relações não capitalistas de produção - seguindo princípios alternativos, como os agroecológicos (ALTIERI, 2012) -, subordinadas pelo capitalismo a partir da sujeição da renda da terra.

Como afirmou Martins (1981), “a produção do capital nunca é capitalista, nunca é produto de relações capitalistas de produção, baseada pois no capital e no trabalho assalariado” (MARTINS, 1981, p.170). Oliveira (2007) no mesmo sentido afirma que “o próprio capitalismo desenvolveu mecanismos de subordinação da renda da terra, de modo a permitir a criação e recriação das relações não-capitalistas de produção no campo” (OLIVEIRA, 2007, p.39).

Trata-se, isto sim, de um processo incrível de desenvolvimento da própria produção camponesa pelo capital para, inicialmente, fazer frente à pressão dos preços do arrendamento da terra. Depois, com o aumento da produtividade do trabalho camponês, esse processo procura, de um lado, continuar a reduzir os preços dos produtos agrícolas (uma vez que os preços crescentes do arrendamento, da terra e dos diversos meios de produção na agricultura têm criado problemas para o agricultor capitalista) e, de outro lado, aumentar a massa geral da produção de



alimentos, sem com isso ter que remunerar esse produtor com um lucro médio, nos moldes capitalistas (OLIVEIRA, 2007, p.40).

Desta maneira, interpretamos os assentados e as assentadas enquanto camponeses e camponesas pertencentes à classe social interna ao sistema capitalista de produção, representada pelo campesinato.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de sistematização parcial das informações obtidas nos questionários, visto que o presente trabalho apresenta os resultados parciais da pesquisa de mestrado que está sendo desenvolvida pela autora, a seguir apresentaremos as análises e reflexões que já pudemos observar a respeito do processo de transição agroecológica na Comuna da Terra Dom Tomás Balduino.

Como potencialidades, percebemos que os assentados exercem muitas práticas que seguem os princípios agroecológicos - mesmo que muitas vezes de maneira pouco aprofundada -, apesar de a maioria declarar desconhecer sobre a agroecologia, demonstrando que desconhecem esta palavra, e não as práticas agroecológicas.

A maior parte dos assentados realiza cobertura vegetal do solo e utiliza adubação verde e orgânica. Apenas um morador sugeriu já ter utilizado uma única vez uma quantidade de insumo químico para adubar seu cultivo, mas declarou que não pretende mais utilizá-lo, e a totalidade dos entrevistados relatou repulsa em cultivar utilizando agrotóxicos. A compostagem, o hábito de guardar sementes crioulas (principalmente de abóbora, milho e feijão) e o cultivo consorciado também foram observados em grande parte dos lotes. Algumas dessas práticas agroecológicas mencionadas podem ser visualizadas nas figuras a seguir.



Compostagem realizada em
minhocário (22/01/23)



Produção consorciada de milho
e feijão (04/10/22)



Canteiro sendo preparado com
cobertura de cinzas e folhas secas
(16/08/22)

(Fotografias feitas por Marina Peralta)



Além disso, observamos que os assentados produzem de forma bastante diversificada, principalmente visando ao autoconsumo - na maioria dos casos isso se justifica na incapacidade de ter uma produção maior devido aos desafios vivenciados, como veremos mais adiante. As frutas mais produzidas são limão, manga, jaca e banana, mas alguns também produzem abacaxi, mamão, uva e ameixa rubimel - inclusive, produzindo vinho e geléia. Os legumes mais observados foram abobrinha, abóbora e berinjela. Algumas famílias também produzem hortaliças. As figuras a seguir demonstram um pouco dessa diversidade produzida no assentamento.



24/01/23



20/09/22



04/10/22

(Fotografias feitas por Marina Peralta)



4/10/22

(Fotografias feitas por Marina Peralta)



4/10/22



21/01/23

(Fotografias feitas por Marina Peralta)

A produção de animais também acontece com diversidade no assentamento, como galinhas, patos, peixes, cabras, carneiros e abelhas. Alguns assentados produzem e vendem mel e própolis. A seguir algumas figuras ilustram algumas dessas produções de animais.



Caixas de abelhas à esquerda e local de produção de mel à direita (Fotografias por Marina Peralta, 23/01/23)



Tanque de peixes à esquerda (23/01/23), cabras ao meio (22/01/23) e galinheiro à direita (28/02/22)
Fotografias feitas por Marina Peralta

Os desafios à transição agroecológica são bastante complicados, visto que estão em questões primordiais e fundamentais para que a construção do processo possa avançar.

A falta de água é anunciada como a maior dificuldade enfrentada pela maioria dos moradores, porém, constatamos que o problema não é de escassez de água, mas de ausência de estruturas de captação e distribuição dos recursos hídricos. Isso porque o assentamento possui muitas nascentes e córregos inutilizados, que foram apresentados durante os trabalhos de campo.

Para que possam utilizar água, as famílias dispõem de um poço artesiano por núcleo familiar, cada poço distribui água para as famílias a partir de uma bomba. Por questões de sobrecarga e de raios, essas bombas frequentemente queimam e, por serem altamente caras, as famílias acabam ficando muito tempo sem conseguir consertá-las.

Atualmente, as bombas dos três núcleos familiares não estão funcionando, e os moradores estão recebendo uma vez por semana água proveniente do caminhão pipa da prefeitura. A quantidade de água que eles recebem não é o bastante nem para uso doméstico, visto que eles precisam racionalizar o uso da água até para este fim. Assim, a produção fica completamente prejudicada pela falta de acesso a água, fazendo com que os agricultores produzam muitas vezes apenas para autoconsumo, apesar da maioria deles possuir fortes desejos de ter uma produção maior para conseguirem sustentar a família com uma renda sendo proveniente apenas da agricultura. Poucos não possuem problemas relacionados à falta de água, somente aqueles que possuem recursos para instalar estruturas que possibilitam a retirada de água de alguma mina ou córrego próxima à residência.

Além dessa, outras questões percebidas são: os incêndios periódicos que prejudicam o solo e a produção; a falta de programas de financiamento; as más condições das estradas; a falta de mercado consumidor para escoar a produção; a intensa acidez do solo; e a falta de assistência técnica - que deveria ser realizada pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) mas que, segundo relatos dos assentados, o órgão é ausente no assentamento no que diz respeito à essa função. Neste último item, chamamos atenção para a total ausência de Assistência Técnica e Extensão Rural Agroecológica (ATER Agroecológica), que é fundamental no processo de transição agroecológica, como ressaltou Caporal (2020).

Assim, diante das limitações expostas, percebe-se que o Estado é ausente no assentamento. Grande parte dos moradores afirmou a respeito do poder público não querer que o assentamento e a reforma agrária deem certo. Conforme afirmou Lima (2017)

Em várias situações, os camponeses se veem encurralados, pois ao mesmo tempo que conduzem um projeto de vida pautado na terra e no trabalho liberto, estão inseridos dentro de uma lógica perversa de desenvolvimento capitalista que continuamente sabota seu desejo de superação. É dentro dessa contradição que

podemos compreender o papel que a classe camponesa exerce na possibilidade de construção de uma sociedade constituída em outras bases (LIMA, 2017, p.123).

Inclusive, Tarcísio de Freitas, o atual governador de São Paulo, durante sua campanha eleitoral em julho de 2022 afirmou a seguinte frase: “Esse fantasma do MST tem que ser banido do Brasil, porque a única coisa que eles trouxeram até hoje foi insegurança, para o campo, para o crédito, para o investimento” (UOL, 2022).

Apesar dessa uma realidade que historicamente os violenta, é incrível a resistência que os camponeses da Comuna da Terra Dom Tomás Balduino realizam no seu território. O descaso do poder público condena-os a viver em uma situação muito limite e, mesmo assim, em cada lote visitado, é possível enxergar a luta por permanecer na terra, assim como a vontade de produzir alimentos saudáveis para a população.

Esse panorama de descaso e abandono está inserido no contexto de avanço do projeto neoliberal representado pelo agronegócio, que “pretende-se hegemônico e único” (OLIVEIRA, 2007, p.148), para isso se expandindo a partir da territorialização dos monopólios ou da monopolização do território (OLIVEIRA, 2012). Segundo Oliveira (2012),

a agricultura sob o capitalismo monopolista mundializado, passou a estruturar-se sobre três pilares: na produção de commodities, nas bolsas de mercadorias e de futuro e nos monopólios mundiais. Primeiro, visou transformar toda produção agropecuária, silvicultura e extrativista, em produção de mercadorias para o mercado mundial. Portanto, a produção de alimentos deixou ser questão estratégica nacional, e, passou a ser mercadoria a ser adquirida no mercado mundial onde quer que ela seja produzida (OLIVEIRA, 2012, p.6).

Mesmo aparecendo nas últimas décadas como um projeto moderno, o agronegócio representa uma reprodução do passado. Segundo Oliveira (2007), “desde o ano de 1.500, eles dizem que irão desenvolver o Brasil através da exportação de mercadorias da agropecuária” (OLIVEIRA, 2007, p.149). No mesmo sentido, Freitas (2018) afirma que o agronegócio “possui práticas semelhantes aos antigos latifundiários, como é o caso da concentração da renda da terra, trabalho degradante, inclusive análogo à escravidão, diferentes formas de sujeição da renda da terra etc” (FREITAS, 2018, p.75).

Indo na contramão desse processo, acreditamos na necessidade de transformação da sociedade em que vivemos, baseada na exploração do trabalho alheio, na imposição de uma cultura hegemônica, e que tem o lucro como prioridade, mesmo que em detrimento da vida. A classe camponesa, apesar de ser submetida a grande violência e descaso, permanece sustentando as bases necessárias para a construção de uma sociedade mais justa, que valorize a vida no planeta. A crise socioambiental global evidencia a necessidade de transformação.

O futuro da organização da produção agrícola parece depender de uma nova tecnologia centrada no manejo inteligente do solo e da matéria viva por meio do trabalho humano, utilizando pouco capital, pouca terra e pouca energia inanimada. Esse modelo antagônico à empresa capitalista tem já sua protoforma no sistema camponês (PALERM, 1980, p.19 e 197 apud GUZMÁN; MOLINA, 2013, p.71).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teórico a respeito da questão agrária no Brasil, aliado aos trabalhos de campo realizados no assentamento em questão, assim como em outros assentamentos, evidenciam o desinteresse do poder público em territórios de reforma agrária. Tal fato provoca uma maior dificuldade no que diz respeito à transição agroecológica, um caminho de enfrentamento que tem cada vez mais sido enunciado e praticado por diversos povos e movimentos sociais pelo Brasil.

Mesmo diante da crise socioambiental mundial que cada dia se agrava mais, as alternativas agroecológicas protagonizadas por sujeitos que as praticam com base em importantes conhecimentos ancestrais tem sido historicamente desconsideradas e desprezadas pelo poder público. Desta maneira, acreditamos que a pesquisa científica deve ser compromissada socialmente a fim de contribuir para atestar e evidenciar tamanhas violências, visando a construção de novos horizontes.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3.ed. rev. ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, n.1, p. 51-62, 2007.

BRANDÃO, C. R. Participar-pesquisar. *In*: BRANDÃO, C. R. (Org). **Repensando a pesquisa participante**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 7-14.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v.51, n.4, p. 645-660, 2013.

CAPORAL, F. R. Transição Agroecológica e o Papel da Extensão Rural. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.27, p. 7-19, 2020.

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. **Campesinato, uso de agrotóxicos e sujeição da renda da terra ao capital no contexto da expansão da Política Nacional de Irrigação no Ceará**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Programa de Pós Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.



GLIESSMAN, S. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

GOLDFARB, Y. **A luta pela terra entre o campo e a cidade: as comunas da terra do MST, sua gestão, principais atores e desafios**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Programa de Pós Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GONÇALVES, C. W. **Os (Des)caminhos do Meio Ambiente**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 2.ed. São Paulo: Via Campesina, Expressão Popular, 2013.

LIMA, Aline Barbosa de. **Camponeses e feiras agroecológicas na Paraíba**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Programa de Pós Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MACHADO, L. C. P.; FILHO, L. C. P. M. **A dialética da agroecologia**. 1ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2014.

MARCOS, V. Trabalho de Campo em Geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. **Boletim Paulista de Geografia**, n.84, p. 105-136, 2006.

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. 1.ed. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. A mundialização da agricultura brasileira. XII Colóquio Internacional de Geocrítica. 2012, Bogotá. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf> . Acesso em 06 abr. 2023.

UOL. A empresários Tarcísio diz que MST ‘tem que ser banido do Brasil’. São Paulo, 26 jul. 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/eleicoes/2022/07/26/a-empresarios-tarcisio-diz-que-mst-tem-que-ser-banido-do-brasil.htm>. Acesso em: 22 out. 2024.